



MUNICÍPIO DE BORBA

Praça da República - 7150-249 Borba . Telef.: 268 891 630 . Fax: 268 894 806 . e-mail: angelo.sa@cm-borba.pt
http://www.cm-borba.pt - Contribuinte n.º 503 956 546

ACTA Nº.2/2004 **REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE** **BORBA REALIZADA NO DIA 28 DE JANEIRO DE 2004**

Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e quatro, no Salão Nobre dos Paços do Concelho da Vila de Borba, reuniu pelas dez horas a Câmara Municipal de Borba, com a presença do vereador eleito pelo Partido Socialista, Humberto Luís Russo Ratado, vereadores eleitos pela CDU Joaquim José Serra Silva e Vicente Manuel Ameixa Ermitão, sob a Presidência do vereador Artur João Rebola Pombeiro, na qualidade de Vice-Presidente, em virtude do Presidente Dr. Ângelo João Guarda Verdades de Sá se encontrar numa reunião na CCDRA.-----

Como secretária à reunião esteve presente a funcionária Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Assistente Administrativa Especialista da Câmara Municipal de Borba.-----

Movimento Financeiro-----

Foi distribuído e presente o resumo diário de tesouraria do dia vinte sete de Janeiro de 2004, que acusa um total de disponibilidades de **238.661,33** (duzentos e trinta e oito seiscientos e sessenta e um Euros e trinta e três cêntimos).-----

----PONTO 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA--

Ponto 1.1 – Assuntos Gerais de interesse para a autarquia-----

O Vice-Presidente declarou aberta a reunião e informou que o Sr. Presidente não vai estar presente nesta reunião, em virtude de estar presente numa reunião em Évora na CCDRA. Perguntou então ao restante executivo se tinha algum assunto geral de interesse para a autarquia que pretendesse apresentar.-----

Usou da palavra o vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra, referindo que normalmente tem por hábito devolver esta pergunta aos eleitos em maioria,

ou seja, se têm algum assunto que considerem de interesse para a autarquia que queiram ver tratados.-----

O Vice-Presidente sublinhou que os assuntos gerais de interesse para a autarquia, tal como o vereador Joaquim Serra deve saber, estão constantemente a ser tratados, ou seja, tratam-se no dia a dia e na rotina da Câmara.-----

O vereador Joaquim Serra frisou que uma coisa é a actividade da Câmara (que se trata sempre nas Actividades da Câmara para as quais existe um ponto próprio na Ordem do Dia) e outra coisa são outras actividades que o executivo considere importantes tratar, que têm uma abrangência maior que propriamente a actividade da Câmara. Referiu que se a maioria não tem nenhum assunto para apresentar, os eleitos em minoria vão apresentar alguns. Começou então por apresentar uma “Saudação”. Este documento manifesta todo o apoio e solidariedade à justa luta dos trabalhadores da Administração Pública. Depois de analisado, por todos os eleitos presentes, foi deliberado por unanimidade a sua aprovação, e ficará cópia do mesmo anexo a esta acta dela fazendo parte integrante.-----

Seguidamente, os vereadores eleitos pela CDU, apresentaram um protesto sobre: “Periodicidade das Reuniões” que ficará anexo a esta acta dela fazendo parte integrante.-----

Após terem apresentado este protesto, o vereador Joaquim Serra frisou o seguinte: Na reunião de 10 de Dezembro de 2003 ficou acordado que só se iria realizar outra reunião em Dezembro se realmente se justificasse (tendo em conta os feriados e as tolerâncias de ponto do Natal e passagem de ano). Não percebeu porque é que a reunião não se realizou na primeira semana de Janeiro de 2004 e, mesmo não se realizando, também não houve, por parte do Sr. Presidente, nenhuma explicação sobre o assunto, daí a CDU apresentar o seu protesto. -----

Os vereadores eleitos pela CDU apresentaram um segundo Protesto sobre a “falta de instalações e condições de trabalho para os vereadores da oposição”, que ficará anexo a esta acta dela fazendo parte integrante.-----

Usou da palavra o Vice-Presidente referindo que em relação ao primeiro protesto “Periodicidade das reuniões” é uma questão da competência do Sr. Presidente da Câmara, pois é a ele que cabe marcar as reuniões do respectivo órgão, e se não marcou nenhuma reunião para mais cedo foi porque efectivamente não havia matérias. Contudo não deixa de compreender que houve de facto um período muito dilatado entre a última reunião ordinária de 2003 e a primeira de 2004.-----

O vereador Joaquim Serra frisou que deveria haver matéria para a reunião se ter realizado mais cedo, pois verificou na acta da última reunião (em que não esteve presente por motivos familiares) que houve alguns pontos para que foram ratificados. Possivelmente se tivesse havia reunião de Câmara, ou ainda em Dezembro ou no início de Janeiro teriam sido dispensadas

estas ratificações, pois no seu entender aquilo que é competência da Câmara deve ser tratado na Câmara e a figura de ratificação deve ser utilizada o mínimo possível.-----

Usou da palavra o vereador Humberto Ratado, referindo que um dos pontos que foi ratificado na última reunião de Câmara foi a apresentação de candidatura “Informatização das Escolas do 1º. Ciclo-concelho de Borba” ao PRODEP III – Acção 9.1 (Apetrechamento Informático de Escolas e ligação à Internet e Intranet). Esclareceu, porém, que esta candidatura só conseguiu ficar preparada mesmo no final do ano que era a data limite para a sua apresentação ao PRODEP III. Falou então com o Sr. Presidente que lhe transmitiu não haver mais reuniões até final do ano de 2003, e a partir daí pensou logo que a única solução seria mesmo a ratificação da mesma na próxima reunião de Câmara, o que não considerou que fosse problemático.-----

Mas para além do ponto que o vereador Humberto referiu, houve também outro ponto que foi ratificado: Aprovação de Cláusulas Contratuais do Empréstimo a Médio e Longo Prazo – rematou o vereador Joaquim Serra.-- Seguidamente, o mesmo vereador, entregou uma listagem com o seguinte pedido de elementos:-----

- ✓ Mapa de execução orçamental da Receita e da Despesa Final de Dezembro de 2003-----
- ✓ Encargos assumidos e não pagos – Final de Dezembro de 2003-----
- ✓ Mapa de endividamento – empréstimos Dezembro de 2003-----
- ✓ Quadro de candidaturas a todos os programas Dezembro de 2003-----
 - Candidaturas apresentadas-----
 - Candidaturas aprovadas-----
 - Candidaturas em execução e taxas de execução-----
- ✓ Quadro de contratação administrativa em Dezembro de 2003 (situação de contratos)-----
- ✓ Listagem de pessoal nas seguintes condições:-----
 - Pessoal em regime de tarefa ou avença-----
 - Pessoal em qualquer outra situação (POC, POC subsidiado e Estágios)-----
- ✓ Cópia das alterações orçamentais 2003-----
- ✓ Quadro discriminativo das situações de leasing-----

Gostaria que estes elementos lhes fossem entregues com alguma brevidade, Contudo se isso não seja possível, por parte dos serviços, poderão ser-lhe entregues na próxima reunião de Câmara.-----

Seguidamente, usou da palavra o vereador Vicente Ermitão e, reportando-se à listagem dos projectos aprovados por despacho do vereador Artur Pombeiro, entre 10/12/03 e 14/01/04, nomeadamente o processo 55/03 do

Sr. Rodrigo da Silva – Construção de dois fogos e Sede de Junta de Freguesia, questionou sobre o compromisso que há entre a Câmara Municipal e o Sr. Rodrigo, no que respeita à construção da Sede da Junta de Freguesia.-----

O Vice-Presidente respondeu que, neste momento, ainda não há nenhum compromisso assumido com o Sr. Rodrigo embora a Câmara esteja a pensar fazer uma permuta com um lote de terreno no loteamento de Orada. Quanto ao projecto já mereceu parecer favorável do IPPAR e está a avançar.-----

Interveio o vereador Joaquim Serra referindo que considera estranho que a apresentação de um projecto, por um particular, defina que em determinada área vai construir uma Sede de Junta de Freguesia sem que efectivamente não exista nada definido quer entre a Câmara e o particular ou quer entre a Junta de Freguesia e esse mesmo particular. Em termos processuais, se não houvesse nenhum acordo, não haveria necessidade de referir que uma das áreas é para construir a sede da Junta de Freguesia. Entende que com a transparência que estes assuntos devem merecer deveria o mesmo ter sido analisado e avaliado numa reunião de Câmara. Contudo duas questões se podem colocar: Ou se trata de um negócio que poderá ser entre a Junta de Freguesia e o construtor (e aqui a Câmara não tem qualquer competência) – ou o negócio é para se efectuar entre a Câmara e o construtor (foi isto que depreendeu das palavras do Vice-Presidente). De qualquer das formas seria importante que os valores que vão estar envolvidos quer na permuta ou na aquisição fossem discutidos previamente numa reunião, para que todos soubessem que compromissos a Câmara está a assumir com um particular, que apresenta um projecto vinculando uma determinada área a uma sede de Junta de Freguesia que é um equipamento do concelho. Entende que esta questão não pode ser tratada de ânimo leve, embora reconheça a importância que tem, para a freguesia de S. Bartolomeu, a instalação de uma Junta de Freguesia e a construção da sua sede, mas pensa que tem que passar pelos Órgãos competentes para o efeito. Frisou ainda que este projecto, para além das aprovações necessárias (IPPAR, Câmara Municipal, etc.) deveria ter da parte da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu uma carta de concordância com a proposta de projecto apresentada e que se anexasse ao processo.-----

Os processos constantes da listagem de projectos aprovados por despacho do vereador Artur Pombeiro, foram pedidos e estiveram presentes.-----

Entretanto o vereador Joaquim Serra referiu que depois de analisar o processo encontrou um desfazamento, ou seja: na listagem verifica que a aprovação do projecto de arquitectura foi em 09/01/04. Na pasta do processo verifica um officio dirigido ao IPPAR, pedindo parecer, enviado em 21/01/04 – isto significa que o despacho de aprovação do Sr. Vereador é anterior ao pedido de parecer do IPPAR. Também não encontra no

processo nenhum parecer de um técnico da Câmara informando que o projecto está em condições de merecer aprovação e, para salvaguarda do Sr. Vereador, era importante que existisse esse parecer.-----
Por sua vez, o Vice-Presidente informou que vai ver com a técnica o que se passou, podendo eventualmente haver um engano de datas.-----
Prosseguindo, o vereador Joaquim Serra, referiu que este não é o único processo que merece os seus comentários. Chamou a atenção para o processo de Albano Silvestre Freitas Martins – a piscina foi licenciada, foi construído um anexo em desrespeito pelos instrumentos de gestão urbanística existentes. Perguntou qual foi o passo que este processo teve e se já tem a proposta de anexo. Se se comparar a fotografia que existe no processo com o que existe construído será que é igual – ou a obra continuou? O Vice-Presidente respondeu que se a obra continuou, foi clandestina (porque foi feita uma participação). O vereador Joaquim Serra referiu que existe uma participação do fiscal, que não tem nenhum despacho por parte dos eleitos, nem nenhum procedimento. O único procedimento que existe é noutra participação em que são instaurados os processos de contra-ordenação. Referiu então o vereador Artur Pombeiro que o técnico tem que propor o embargo. Entretanto o vereador Joaquim Serra referiu que quer seja por parte do técnico quer seja por parte dos eleitos o embargo não está proposto a esta data. Foi pedida a apresentação de elementos em 30/09/03 e, o que é certo é que, o requerente não apresentou qualquer resposta e a obra continuou. Entende que esta é a forma como não se deve gerir e fazer gestão urbanística de um Município.--
O Vice-Presidente referiu que se de facto o técnico não propôs o embargo terá que o propor, porque o processo não poderá ser arquivado da forma como está.-----
O Vereador Joaquim Serra sublinhou: neste processo existe um anexo que não tem qualquer enquadramento e, nestes casos, entende que tem que haver algum rigor por parte da Câmara, ou seja, não pode haver requerentes que têm processos indeferidos e que respeitam essa decisão da Câmara e haver os que não respeitam sem que sejam punidos. Não entende a razão porque este processo está parado desde 30/09/03 sem que tenha tido qualquer procedimento.-----
O Vice-Presidente referiu que está de acordo com entendimento que é feito pelo vereador Joaquim Serra, mas também há que ver que os processos estão sujeitos a parecer jurídico. “mas este processo nem sequer tem parecer jurídico” rematou o vereador Joaquim Serra.-----
Referiu então o Vice-Presidente que vai pedir uma explicação ao técnico sobre o que se passa com este processo e vai trazer essa informação na próxima reunião de Câmara.-----

-----PONTO 2. ORDEM DO DIA -----

A Ordem do Dia foi a seguinte:-----
Ponto 2.1 – Aprovação das Actas n.ºs 23/2003, 24/2003 e 1/2004-----
Ponto 2.2 – Marcação de Hasta Pública para adjudicação de Banca no Mercado Municipal-----
Ponto 2.3 – Actividades da Câmara-----

PONTO 2.1 – APROVAÇÃO DAS ACTAS N.ºS 23/2003, 24/2003 e 1/2004

Previamente distribuídas por todo e executivo, propõe-se a aprovação das Actas n.ºs. 23/2003, 24/2003 e 1/2004.-----

O Vice-Presidente informou que relativamente à aprovação das actas 23/2003 e 24/2003, foram retiradas da última reunião, por proposta do Sr. Presidente, uma vez que os eleitos da CDU não se encontravam presentes.-- Usou da palavra o vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra, referindo que ficou muito bem essa postura do Sr. Presidente, é pena não ter tido o mesmo procedimento para com os outros pontos da Ordem do Dia, ou não ter procurado, uma vez que faltavam os dois vereadores da CDU, alterar a reunião para quando pudessem estar todos presentes e que pudesse haver participação da oposição (podendo ter sido no mesmo dia durante a tarde, ou na quinta-feira, por exemplo). Refere isto por entender que existiam, na ordem do dia, pontos muito mais importantes para tratar do que as actas.----

Passou-se de seguida à votação das actas que foi a seguinte:-----
Actas n.ºs 23/2003 e 24/2003 – após a introdução de algumas correcções, propostas pelos vereadores da CDU, foram as mesmas aprovadas por unanimidade.-----

Acta n.º.1/2004 – a aprovação desta acta transitou para a próxima reunião de Câmara, por ter sido requerida a auscultação das cassetes pelos vereadores eleitos pela CDU no final desta reunião.-----

PONTO 2.2 – MARCAÇÃO DE HASTA PÚBLICA PARA ADJUDICAÇÃO DE BANCA NO MERCADO MUNICIPAL

A Câmara Municipal de Borba propõe, marcar hasta pública, para **dia 12 de Fevereiro, às 10:30 horas**, no Salão Nobre dos Paços do Município, destinada à adjudicação de banca dupla no Mercado Municipal de Borba.---

Banca n.º.4 Renda mensal – **43,90 Euros**-----
Base de licitação – **131,70 Euros**-----

Lances mínimos – 5 Euros-----

Será dada a devida publicidade através de edital, que será afixado nos lugares públicos do costume.-----

Relativamente a esta questão, o vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra, considera que, nesta fase, se a Câmara continua a trabalhar na ampliação do Mercado Municipal e projecto de alterações, deveria ser previsto que implicações a adjudicação de uma banca, neste momento, pode trazer na futura ampliação. Ver também que direitos poderão ser transmitidos agora ao novo concessionário que depois tenham que ser respeitados na próxima.- Acrescentou ainda que no projecto que o anterior executivo tinha desenvolvido a proposta era no sentido de derrubar a parede que divide as actuais bancas para ampliar toda a instalação e depois todas aquelas bancas teriam que ser reposicionadas.-----

Por isso, chamou a atenção para que quanto menos compromissos houvesse nesta fase, em termos de adjudicações, mais liberdade de acção haveria para a organização do mercado. Referiu que não se opõe à marcação da hasta pública, mas sugeriu que esta questão fosse ponderada.-----

O Vice-Presidente colocou a proposta à votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

PONTO 2.3 – ACTIVIDADES DA CÂMARA-----

Anulação de senhas por caducidade-----

Presente uma listagem de anulação de senhas por caducidade (que se anexa a esta acta) elaborada pelo serviço de Expediente/Taxas e licenças, solicitando a respectiva anulação por caducidade.-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a anulação das respectivas senhas.-----

O Vereador Humberto Ratado, relativamente aos seus pelouros, prestou as seguintes informações:-----

- ✓ Realização de reuniões com Associações e Colectividades do concelho com quem estão sendo estabelecidos protocolos, no sentido de avaliação e renovação dos mesmos. Pensa que estejam em condições de serem aprovados na próxima reunião de Câmara.-----
- ✓ Realização da 2ª Estafeta do Circuito dos Mármorez que contou com a participação de 22 equipas a nível nacional, inclusivamente equipas dos Açores e também a participação de 2 equipas de Borba-----

- ✓ 2ª reunião com a Comissão Organizadora da Feira das Ervas Alimentares na Orada no sentido de organizar o evento. O vereador informou que, para além dos elementos que faziam parte da Comissão Organizadora, (Câmara Municipal de Borba, Junta de Freguesia de Orada, Associação de Desenvolvimento Montes Claros e Cooperativa de Olivicultores de Borba) foi convidada a Casa da Cultura de Orada e a Associação Monte e ambos aceitaram. O Vereador Joaquim Serra questionou sobre o motivo porque convidaram o Monte, tendo sido respondido pelo vereador Humberto Ratado que a Associação Monte está a apoiar uma organização em termos de camping também no âmbito das ervas, e, como se está a pensar fazer num circuito de ervas na Orada, o Monte entrará para organizar neste sentido, e também para organização de possíveis palestras que poderão acontecer.-----
- ✓ Participação na 2ª reunião de trabalho sobre competências das autarquias na educação, que decorreu no Redondo. Informou que chegou-se à conclusão que existem muitas divergências em termos de competências a este nível, e criou-se um grupo de trabalho (entre os Municípios de Borba, Redondo, Arraiolos, Vendas Novas, Estremoz e Évora) no sentido de ver como cada município está a operar e, pelo menos, em algumas linhas tentar chegar a algum consenso.-----
- ✓ Participação na apresentação do Projecto “Aldeais Turísticas”, que teve lugar em Évoramonte, em que foi promotora a Região de Turismo de Évora. Esta rede de projectos, a nível Internacional, incorpora a Polónia e a Roménia.-----
- ✓ Colocação de pendões – o vereador informou que têm vindo a ser colocados no concelho de Borba, já há alguns meses, pendões das discotecas de Vila Viçosa e Estremoz. Entretanto, na altura, fez chegar informação aos proprietários das discotecas que tinham que pedir autorização e tirar a respectiva licença para poderem proceder à colocação. O proprietário da Discoteca de Vila Viçosa, mesmo com pouco tempo de antecedência, começou a pedir autorização. De acordo com a Tabela de Taxas, Licenças e Tarifas, a colocação de pendões dá lugar ao pagamento de uma taxa e, segundo informação que lhe foi dada, o proprietário da discoteca de Vila Viçosa já efectuou esse pagamento. Quanto ao de Estremoz, vai seguir ofício informando que terão que pagar a taxa ou terão que retirar os pendões.-----
- ✓ Foram convidados os produtores de vinho e azeite para estarem presentes numa reunião com uma Associação Luso-Polaca. Esta Associação veio apresentar a Polónia, em termos comerciais, nas duas vertentes (vinho e azeite), por forma a desencadear uma oportunidade de negócio de mercado externo para estes dois produtos. Depois do mármore é outra vertente que se pode vir a desencadear, e pela análise a que tiveram oportunidade de assistir, estes parecem ser os produtos

que poderão vir a ganhar uma vez que na Polónia os produtos a nível nacional, nomeadamente portugueses, são ainda muito diminutos. O vereador referiu que considera importante que estes agentes económicos do concelho estivessem presentes para se poderem preparar a estarem presentes neste mercado.-----

O Vice-Presidente, informou o restante executivo das actividades relativas aos seus pelouros:-----

- ✓ Remodelação/Redimensionamento da Rede de Águas Residuais da Rua de S. Francisco – iniciou-se a intervenção na Rua da Cruz. O vereador informou que houve alguma dificuldade na colocação das manilhas porque existia uma travessia de cabos telefónicos e teve que ser tudo alterado.-----
- ✓ Continuação das obras no Loteamento do Forno.-----
- ✓ Continuação das obras nos Caminhos de acesso à UNOR 2. O caminho que liga Cova dos Ourives e Valflor está em condições para que possa ser aplicado o betuminoso.-----
- ✓ Águas da Nora – abertura de valas e aplicação de condutas.-----
- ✓ Ecopontos – Falta a colocação dos ecopontos superfície, cujo compromisso foi serem colocados até meados de Janeiro. Aguarda-se por esta colocação e também pela colocação e de mais alguns contentores em Rio de Moinhos e Orada. O vereador informou que, relativamente ao funcionamento dos ecopontos, saiu um folheto para esclarecimento da população sobre a forma de utilização e quais os cuidados a ter. Continua a verificar-se que muitas pessoas ainda depositam os cartões junto aos contentores (molokes). A brigada de recolha do lixo dos molokes tem instruções para introduzirem estes cartões nos ecopontos respectivos. O vereador referiu que, mesmo assim, pensa que a quantidade de lixo nos molokes está a diminuir.---
- ✓ Está a ser tratada, há algum tempo, a questão de umas bombas para introduzir nas condutas de água, para minimizar a falta de pressão da água nomeadamente em Rio de Moinhos (zona da Eborino) e na Av. Luís de Camões em Borba. Pensa-se que talvez, no período do verão as bombas estejam instaladas.-----
- ✓ Está também a ser tratada a questão de uma máquina (Dumper) que se encontra instalada, já há muito tempo, na Rua de Nossa Senhora. Foi notificado o proprietário para proceder à retirada da máquina daquele local. Se não cumprir a notificação a Câmara procederá à retirada da máquina e o proprietário terá que pagar todas as despesas.-----

O vereador eleito pela CDU, Vicente Ermitão, colocou a seguinte questão:-----

✓ Gostaria de saber qual é o significado de umas placas, que estão sendo colocadas em locais onde são feitas algumas obras até mesmo pequenas que sejam e, que referem “A Câmara Municipal de Borba promete e faz” – será que já começou a campanha eleitoral – perguntou o vereador Vicente Ermitão. Entende, porém, que se a Câmara colocasse placas nas obras que prometeu e não fez talvez tivesse muito mais para colocar. Referiu ainda a título de exemplo que foi colocada uma placa junto a um poste de luz perto da casa que a sua filha comprou no loteamento do Forno (sem ainda estar feita a ligação). Considera que, se quisessem colocar a placa, deveriam aguardar pela ligação. O Vice-Presidente respondeu que já esperava que a oposição falasse nesta questão. Informou então que se trata de umas placas que os eleitos em maioria mandaram fazer. Considera que não se trata de campanha eleitoral, estão simplesmente a fazer aquilo que prometeram. Entende que o que compete a cada Câmara é concluir o que vem de trás e ter novos projectos para fazer. Se não os conseguir fazer, outros o farão e têm o direito de fazer a mesma coisa. O vereador Vicente Ermitão referiu que até aqui está de acordo, mas acabar-se de fazer uma pequena obra e colocar-se logo a seguir uma placa referindo “A Câmara promete e faz”, não faz qualquer sentido, porque cá estão as pessoas para poder julgar quem prometeu e fez. O Vereador Vicente Ermitão perguntou ainda quais são os custos mensais, em termos de electricidade, no loteamento do Forno-Orada? O Vice-Presidente respondeu que não sabe o valor exacto, mas vai pedir essa informação aos serviços respectivos, e na próxima reunião poderá fornecer essa informação ao vereador Ermitão.-----
O Vice-Presidente informou ainda que como sabem o PT ainda não está instalado, mas pediu para que fosse instalado um reforço antes do Natal porque, devido às pessoas que já estão instaladas no loteamento, era de facto um sacrifício muito grande andarem constantemente a ligar e desligar, já que se tratava de uma noite em família. Instalaram o reforço, só que deve ter havido algum lapso, por parte da empresa, que o quadro ardeu completamente. Contudo o problema foi resolvido muito rápido e conseguiram instalar o reforço ainda antes do Natal. Acredita que esta questão da electricidade seja um grande encargo para a Câmara, e há inúmeras situações destas. Aconteceu também no loteamento do Barro Branco e as pessoas reclamavam constantemente

junto da Câmara, o problema da luz. Entende, porém, que isto se deve ao facto de se começarem a vender terrenos e a fazer casas sem que os loteamentos estivessem concluídos. Frisou que não entende isto como uma crítica (porque aqui há alguns anos a necessidade de casas era maior). Contudo, não concorda com esta perspectiva, porque dá origem a que as pessoas logo que tenham as casas prontas as utilizem mesmo sem as condições para tal.-----

Ainda sobre este assunto o vereador Joaquim Serra usou da palavra referindo que a maioria deve continuar a insistir na colocação das placas, porque efectivamente a obra visível é tão pouca que mostram a obra que não fazem. Mas, como as acções ficam com quem as pratica, é pena que num Município que tem tantas dificuldades financeiras, como são apontadas pela maioria, se gaste dinheiro em coisas que não acrescentam nada às obras. Os dinheiros do Município devem ser aplicados da melhor forma, e o que está a ser feito não acrescenta nada às obras, ou seja, se a obra for feita, é vista e não há necessidade de lá existir uma placa a dizer que a fizeram – mais importante do que a placa é a obra.-----

O vereador Joaquim Serra referiu ainda que existem outras coisas que o preocupam, tais como: - no loteamento da Orada já existe efectivamente a luz provisória, mas o actual executivo não pode atirar responsabilidades ao anterior porque quando tomou posse já estava executado um projecto de electricidade e um projecto de telefones, com Caderno de Encargos e Programa de Concurso, faltando apenas proceder à abertura do Concurso. Contudo, só passado um ano é que foi aberto concurso e, neste caso, trata-se de atrasos que já são imputados ao actual executivo. Entende que têm que ser tomadas as medidas para que o mais célere possível se resolva o problema das pessoas e, como a CDU já passou pelo executivo a tempo inteiro, sabe quanto é difícil gerir nestas condições, porque passou por uma situação idêntica e nem sempre as coisas se resolvem na altura que se pretendem. Entende, porém, que a Câmara se deve empenhar no sentido de resolver os problemas à população que está no loteamento da Orada que precisa efectivamente da luz. Deve resolver por dois motivos: um porque tem ali uma despesa acrescida – o pagamento da factura da luz, e outro porque as pessoas também querem a sua autonomia e têm direito a ela. Quanto ao entendimento que faz no que foi referido pelo Vice-Presidente sobre a questão dos loteamentos municipais e das infraestruturas avançarem ao mesmo tempo – referiu que se não for feito desta maneira a Câmara não tem condições para o fazer, porque efectivamente a Câmara não tem vocação para fazer loteamentos, mas onde o tecido empresarial não dava resposta a

Câmara tomou algumas posições e ainda bem que o fez – mas fê-lo com o sacrifício dos seus próprios orçamentos porque tinha que ir arrançando receitas para poder fazer face às despesas, e foi assim que os foi fazendo o que foi muito bom porque efectivamente as pessoas usufruíram deles. O que é certo é que o actual executivo quando fez a permuta de lotes com a Borprojecto (Loteamento da Horta do Rossio) também procedeu logo à venda dos lotes para poder arranjar dinheiro para poder investir nas infraestruturas,. É pena que ainda não tenham surgido as propostas de aquisição de terrenos em Rio de Moinhos para se avançar com novos loteamentos e que não esteja já a ser planeado, como é que naquelas zonas onde estão esgotadas as possibilidades de venda de terrenos, se vão adquirir mais. E, é nisto que o actual executivo se tem que empenhar mais poder dar resposta a esta questão.-----

Outra questão que o preocupa prende-se com os funcionários da autarquia: Foi informado que durante o mês de Janeiro foram feitos descontos a um número vasto de funcionários tendo-lhes sido marcadas faltas injustificadas, e que eles reclamam que alguns dos dias que lhes foram descontados efectivamente trabalharam. Percebe que pode haver um desfasamento entre o registo da assiduidade e a prestação do serviço, mas a gestão da Câmara tem que saber gerir esses problemas. Não sabe quais são os funcionários que estão envolvidos neste problema, mas não lhe parece que seja boa política não fazer a gestão do relógio de ponto e das assiduidades e que se limitem a fazer descontos directos nos vencimentos dos funcionários. Se houve casos de funcionários que transgrediram repetitivamente neste processo, outros haverá que foram apanhados injustamente. Por isso, solicita o seguinte: 1º. – que na próxima reunião de Câmara lhe seja fornecida uma listagem dos funcionários que foram afectados por esta medida e em que montante. 2º. – o que é que a Câmara pretende fazer a seguir (como vai tratar o assunto – ou será que o assunto encerra por aqui – vai ou não reembolsar os funcionários daquilo que lhes foi descontado). Entende que existem responsabilidades mútuas neste processo, mas a medida que foi tomada é lesiva dos interesses dos trabalhadores e pensa que uma gestão do Partido Socialista não se deve envolver neste tipo de situações, nomeadamente descontos de dias de trabalho que os funcionários podem comprovar que os executaram. Gostaria de ver este problema esclarecido, que sejam feitos contactos com os respectivos funcionários e que se considerem justificadas as faltas que forem para justificar porque as faltas injustificadas para os funcionários não acarreta só o problema financeiro acarreta também um problema que é grave que é o “disciplinar”.-----

O vereador Joaquim Serra apresentou ainda o seguinte assunto: relativamente aos processos de obras aprovados por despacho do vereador Artur Pombeiro que consta da listagem de 10/12/03 a 14/01/04, nomeadamente o da Borconstrói, verifica que, tal como aconteceu no processo do Sr. Rodrigo da Silva, não há rigor, ou seja, aparece primeiro o despacho do vereador antes do parecer dos técnicos.-----

Interveio o Vice-Presidente, referindo que pode eventualmente tratar-se de um engano de datas, porque o vereador despacha, e sempre despachou, em consonância com o parecer técnico e jurídico, pois não está abalizado para poder ultrapassar um técnico na sua posição.-----

Usou da palavra o vereador Joaquim Serra referindo que faz estas chamadas de atenção simplesmente porque pretende que a Câmara funcione bem, que apresente bons resultados e que trate os munícipes todos com o mesmo rigor. Se bem se lembra, numa reunião de Câmara fez uma análise e uma avaliação sobre um processo que ficou pendente para se pedir parecer jurídico (cujo requerente era Luís Andrade) e agora vê aqui um processo idêntico cujo parecer técnico diz precisamente o contrário. Ou seja: o processo anteriormente analisado referia mais ou menos o seguinte: “o PU não prevê índice – como não prevê índice não se aplicam índices”. Agora aparece este processo com um parecer que refere o seguinte: “no que concerne à aplicação dos índices de construção que por não se encontrar definido no PU, se submete aos parâmetros expressos no PDM”, ou seja, diz precisamente o contrário.-----

Insistiu que numa reunião anterior foi pedido para que fosse solicitado parecer jurídico à consultora Jurídica da Câmara sobre esta situação, no sentido de informar se quando o PU não prevê índices se se aplica ou não o instrumento de planeamento acima do PU (PDM). O seu entendimento é de que se aplica, mas agora depara-se com um processo informado ao contrário, por isso gostaria de saber a opinião da Jurista.-----

Interveio o Vice-Presidente referindo que pode tratar-se de uma questão de redacção, pois acha muito estranho que o mesmo técnico faça um parecer contrário. Também pode acontecer o parecer estar correcto e o entendimento do vereador Joaquim Serra ser outro. No entanto, vai chamar a atenção do técnico e saber o que se passa.-----

. Relativamente à última reunião de Câmara o vereador Joaquim Serra fez algumas chamadas de atenção: Quando foi aprovado no final do ano de 2003 o Regulamento do Sistema da Norma de Controlo Interno, fez uma recomendação ao executivo “que os eleitos se empenhem para que efectivamente estas normas possam ser

concretizadas e possam ir melhorando, falando também com os funcionários e procurar que eles contribuam, dentro dos serviços que fazem, para as melhorar”. Verifica agora, na acta da reunião anterior (Ponto 2.3 – Fundos Permanentes) que isso não aconteceu. Refere o regulamento que os fundos permanentes são atribuídos mediante regulamento próprio. Assim, se o regulamento já está em vigor os fundos permanentes deveriam ter sido fundamentados em regulamento interno.-----

Ainda relativamente à ultima reunião de Câmara o vereador Joaquim Serra solicitou os seguintes elementos:-----

. Ponto 2.8 – Permuta de terrenos – pediu as avaliações que serviram de base aos terrenos, e que nessa avaliação fosse estimado qual o valor que vai estar envolvido na vedação das propriedades (porque a Câmara assumiu a responsabilidade de fazer a vedação). Pediu ainda que lhe fosse facultado o enquadramento quer em PDM quer em PU dos dois terrenos permutados.-----

. Ponto 2.9 – Actividades da Câmara – relativamente à reunião do CLAS – Conselho Local de Acção Social de Borba, referida pelo vereador Humberto Ratado, o vereador Joaquim Serra pediu que lhe fosse facultada cópia do parecer. Qual foi a posição da Câmara e o que a levou a essa posição.-----

. Sobre a reunião do núcleo executivo da Rede Social para apreciação do Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Acção Social entre outros. O vereador Joaquim Serra referiu que gostaria de poder ter acesso a este Plano que foi aprovado. Sobre o assunto o vereador Humberto Ratado informou que o Plano ainda não foi aprovado. Foi para apreciação, e está sujeito a alterações. Após a introdução das alterações propostas, será marcada uma reunião para se proceder à sua aprovação. Depois de estar aprovado será então facultada cópia ao vereador Joaquim Serra.-----

Usou da palavra o Vice-Presidente e, reportando-se à questão colocada pelo vereador Joaquim Serra sobre a marcação de faltas injustificadas aos funcionários da autarquia, informou o seguinte: há efectivamente alguns casos de funcionários que têm que ser reembolsados. Contudo existem outras situações, nomeadamente, referentes ao mês de Dezembro de faltas de registo de cartões de muitos funcionários (tratando-se quase sempre dos mesmos) situações estas, que não se justificam de forma alguma. Informou que esta questão está a ser analisada e, certamente, a Câmara não irá penalizar os funcionários que não merecem. Porém, os casos foram tantos que a Câmara teve que parar para os analisar da melhor forma. Como o vereador Joaquim Serra deve saber, pois já passou por isto, há faltas que se compreende

que são justificáveis, mas funcionários que durante um mês não picam o cartão e dizem que é por falta de esquecimento, ou, argumentar em folha anexa com informações contraditórias, esta, é uma situação bem mais complicada de resolver. Entende que se um funcionário se esquece do cartão, terá sim que o justificar no próprio dia na secção de recursos humanos, e não aparecer ao fim de um mês a regularizar as faltas argumentando que se esqueceu do cartão. Trata-se de uma questão que envolve cinquenta ou sessenta trabalhadores, mas, de qualquer das formas, o vereador Joaquim Serra pode ficar descansado que quem não merece não será penalizado, e serão chamados à atenção aqueles que se justifique. Quanto ao funcionamento de relógio de ponto, o vereador referiu que o que poderá acontecer será um cartão que passa mais rápido o relógio não ter tempo para ler a banda magnética. Contudo se se tiver atento ao visor pode saber-se se o lê ou não.-----

O Vice-Presidente referiu ainda que não está a falar com nenhum desconhecido nesta matéria, sabe perfeitamente que o Sr. vereador Joaquim Serra passou por situações muito idênticas e, certamente para as resolver, teve que parar para pensar.-----

Usou da palavra o vereador Joaquim Serra referindo que o Sr. Vice-Presidente tocou no ponto certo “parar para pensar”, ou seja, entende que a decisão tomada por o actual executivo foi muito pouco pensada, pois, na sua opinião, foi uma decisão demasiado drástica. Agora é muito complicado reembolsar as pessoas, justificar faltas que já foram consideradas injustificadas, é como que fazer o trabalho ao contrário. Frisou que não é contra as faltas injustificadas, entende é que a gestão tem que ser mais oportuna, porque sabe perfeitamente que um trabalhador não pode passar um mês sem picar o cartão, e se o faz é porque a gestão não é a mais adequada. Considera ainda que a listagem do registo do ponto em vez de ser tirada no final do mês, deveria ser tirada no final de cada semana, e quando se detectasse alguma anomalia chamavam-se os funcionários à atenção.-----

Usou da palavra o Vice-Presidente referindo que concorda com esta observação feita pelo vereador Joaquim Serra, pois ele próprio já falou nesta questão, porque os eleitos deveriam receber um documento da secção de recursos humanos (que deveria ser semanal) informando destas situações, para as tratar atempadamente. Entende que os verbetes não podem sair ao final do mês, e os eleitos assinam sem saberem se efectivamente este ou aquele caso se passou.-----

O vereador Joaquim Serra referiu que quando existe o benefício da dúvida não se deixa prejudicar o trabalhador, sem que se esclareça a situação. Entretanto, o Vice-Presidente frisou que não é intenção desta Câmara prejudicar qualquer trabalhador, simplesmente teve que se

tomar esta decisão porque a confusão era de tal ordem que alguma coisa tinha que ser feita, e também porque existem regras e as regras têm que ser aplicadas, o que não quer dizer que não se venha a fazer o contrário, como dizia à pouco o vereador Joaquim Serra.-----
Usou da palavra o vereador Humberto Ratado sublinhando que não é intenção de nenhum eleito prejudicar seja quem for, nomeadamente os trabalhadores. Acontece que foram tomadas algumas medidas de prevenção nesse sentido, já há alguns meses bem largos (os trabalhadores foram informados que quando se apercebessem que o relógio não registasse, voltassem a passar o cartão duas ou três vezes, mesmo que depois tivesse que ser anulado na secção de recursos humanos). Referiu que ele próprio foi alertando os funcionários que trabalham na sua área, dizendo para terem atenção ao registo do relógio de ponto e que começava a não justificar as faltas de qualquer maneira, isto, porque já apareciam muitas faltas para justificar, tendo mesmo chegado a notar uma redução. Sempre se alertaram os funcionários para fazer chegar a justificação da falta, junto dos serviços, o mais rápido possível, e assim os eleitos acabam por ter logo conhecimento. Justificando só ao fim do mês é realmente mais complicado para todos. Em relação ao que aconteceu, tomou-se uma decisão talvez um pouco mais drástica, mas não há qualquer intenção em continuar com este tipo de decisão tão radical, talvez seja uma chamada de atenção e um empurrão para se ver o comportamento a seguir. Sublinha, mais uma vez, que não há intenção da Câmara em prejudicar seja quem for. Não discorda da posição do vereador Joaquim Serra quando diz para se tirar uma listagem semanal é apenas uma questão de se ver com os serviços respectivos.-----

Interveio o Vice-Presidente referindo que os funcionários aparecem normalmente no pólo da secção de recursos humanos no final do mês, quando recebem os verbetes, e até o próprio pólo tem dificuldades em justificar. Se os verbetes saírem semanalmente, torna-se muito mais fácil. Acrescentou que a medida só foi tomada pela impossibilidade de justificar, no momento, tantas situações e muitas delas com mais do que um anexo às faltas e contraditórios. Trata-se de situações muito delicadas, e ele próprio sentiu isso na pele, porque é sempre muito complicado cortar o salário aos que trabalham. Nem o Presidente nem os vereadores pretendem prejudicar seja quem for a não ser que o mereçam. Contudo, existem direitos e deveres e ambos deveriam ser cumpridos.-----

Antes de dar a reunião por encerrada, o Vice-Presidente procedeu à leitura da minuta da acta que, foi aprovada por unanimidade e, ficará anexa a esta

acta dela fazendo parte integrante.-----

-----ENCERRAMENTO-----

Por não haver mais nada a tratar o Vice-Presidente deu por encerrada a reunião, pelas treze horas, da qual se lavrou a presente acta, composta por dezassete páginas que vai ser assinada pelo Presidente e por mim, Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Assistente Administrativa Especialista que a redigi.-----